

# EDITORIAL

*A Comunicação & Educação traz neste número contribuições muito relevantes para que o leitor possa discutir e compreender o conteúdo da Base Nacional Curricular Comum, proposta que mobiliza nacionalmente os mais diferentes setores vinculados à educação básica brasileira: professores, especialistas, empresários do ramo do ensino, gestores e ativistas da causa da educação. Este é um momento muito rico e também decisivo. Momento em que muitas conquistas populares estão em jogo. Momento de disputa acirrada pelos bens do Estado, em que as posições se travestem, porque é indefensável afirmar clara e objetivamente não se admitir a distribuição de renda e de bens culturais para a maioria da população.*

*Exemplos são as resistências de inúmeros setores da sociedade contra o sistema de cotas para estudantes pobres, negros e índios. Nessa linha está a contraposição ao sistema de financiamento público para estudantes pobres terem acesso a cursos de nível superior. Ainda nesse escopo, há resistências a se pagar o piso salarial nacional para professores, quando tantos juristas, advogados, jornalistas com cargos públicos exacerbam em seus proventos e benefícios.*

*A Base Nacional Curricular Comum tem a intenção primeira de garantir diretrizes comuns para o ensino nacional. De Norte a Sul, de Leste a Oeste as escolas devem cumprir o mínimo sugerido pelas diretrizes nacionais. Acreditam os especialistas ser esta a forma de garantir um patamar equivalente para todos os estudantes. Há controvérsias! É com certeza uma proposta de equilíbrio e equivalência entre pares, mas é um parâmetro para as avaliações nacionais, para índices e para a construção de métricas e de custos, sobretudo para os negócios na área da educação. As particularidades regionais têm seu espaço garantido, visto tratar-se de bases curriculares mínimas e que cada estado e cidade poderão considerar e adensar suas especificidades. É interessante a oportunidade de se dar ao professor orientações sobre o que se vai cobrar minimamente dos estudantes, sendo, portanto, obrigatória a abordagem de tais conteúdos e temáticas.*

*Orientações fundamentais também estão em discussão sobre a formação do professor. São diretivas sobre como o estado brasileiro deve prover a formação mínima e a formação continuada desse profissional, tão importante e tão maltratado pelos governos e pela sociedade.*

*Por fim, a Comunicação & Educação, mais uma vez, cumpre seu papel em defesa da educação como diálogo, como potencial de transformação, como engajamento consciente e qualificado para a emancipação social.*

Os Editores